

Curso: Formação de Conselheiros em Direitos Humanos

Carga horária total: 40 horas

Ementa:

Estudo dos fundamentos históricos, conceituais, legais e práticos dos direitos humanos, com abordagem sobre sua evolução, seus princípios estruturantes, sua presença na legislação nacional e internacional e sua aplicação na proteção de grupos vulneráveis. O curso contempla os direitos das mulheres, das crianças e adolescentes e dos povos indígenas, bem como a relação dos direitos humanos com a educação, a saúde, a habitação e os direitos urbanos. Aborda, ainda, estratégias de mobilização comunitária, mediação de conflitos, advocacia em direitos humanos e atuação junto a políticas públicas, visando à formação de conselheiros capazes de compreender, promover, proteger e defender os direitos fundamentais de forma ética, participativa e socialmente comprometida. Conteúdo elaborado com base nas apostilas dos módulos 1, 2, 3 e 4 do curso.

Objetivo

geral:

Promover a formação básica de conselheiros em direitos humanos, proporcionando conhecimentos sobre os fundamentos históricos, princípios, legislações, grupos vulneráveis, formas de intervenção social e estratégias práticas de mobilização, mediação e advocacia, a fim de contribuir para uma atuação crítica, ética, participativa e comprometida com a promoção da dignidade humana, da igualdade, da justiça social e da defesa dos direitos fundamentais.

Objetivos

específicos:

Compreender a evolução histórica dos direitos humanos e os principais documentos, declarações e convenções que estruturam sua proteção. Identificar os princípios básicos dos direitos humanos, como universalidade, inalienabilidade, interdependência e indivisibilidade. Reconhecer a importância da legislação nacional e internacional na proteção dos direitos fundamentais. Analisar os direitos de grupos vulneráveis, com ênfase nas mulheres, crianças, adolescentes e povos indígenas.

Relacionar os direitos humanos às áreas de educação, saúde, saúde mental, habitação e direitos urbanos.

Compreender a importância da participação comunitária, da comunicação transparente, das consultas públicas e das parcerias institucionais.

Desenvolver noções básicas sobre técnicas de negociação, mediação de conflitos e resolução pacífica de disputas.

Conhecer estratégias de advocacia em direitos humanos, incluindo campanhas, mobilização social, interlocução com órgãos públicos, monitoramento de violações e participação na formulação de políticas públicas.

Estimular uma atuação voltada à promoção da cidadania, ao fortalecimento das instituições e à construção de sociedades mais justas, inclusivas e democráticas.

Conteúdo programático por módulos

Módulo 1 – Fundamentos dos Direitos Humanos – 10h

Evolução histórica dos direitos humanos. Contribuições do Iluminismo, das revoluções modernas e dos documentos históricos para a consolidação dos direitos fundamentais.

Declaração Universal dos Direitos Humanos e desenvolvimento de tratados, convenções e mecanismos internacionais de proteção. Princípios básicos dos direitos humanos: universalidade, inalienabilidade, interdependência e indivisibilidade.

Direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Direitos humanos na legislação nacional. Constituição Federal de 1988 e garantias fundamentais. Estatutos e legislações específicas relacionados à proteção de crianças e adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência. Órgãos de proteção, fiscalização e desafios de implementação dos direitos humanos no Brasil.

Módulo 2 – Direitos Humanos e Grupos Vulneráveis – 10h

Direitos das mulheres: luta pelo sufrágio, expansão dos direitos civis e trabalhistas, igualdade de gênero, enfrentamento da violência e da discriminação. Convenções internacionais e plataformas de ação voltadas à proteção das mulheres. Direitos das crianças e adolescentes: Convenção sobre os Direitos da Criança, proteção contra abusos e exploração, direito à vida, saúde, educação, lazer, identidade e liberdade de expressão. Mecanismos de monitoramento e desafios para a efetivação dos direitos

infantojuvenis. Direitos dos povos indígenas: reconhecimento territorial, autodeterminação, proteção cultural, identidade, língua, vínculo com a terra, marcos legais internacionais, desafios de implementação, conflitos territoriais, deslocamento forçado e estratégias de proteção e reconhecimento.

Módulo 3 – Direitos Humanos e Intervenção Social – 10h

Educação em direitos humanos e pedagogia dos direitos humanos. Conscientização, empatia, ação, metodologias participativas, estudos de caso, projetos baseados em ação e simulações. Importância da educação para a construção de sociedades justas, prevenção de violências, promoção da tolerância e respeito mútuo. Saúde como direito humano fundamental: acesso a serviços de saúde, disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade. Desafios de implementação do direito à saúde, desigualdades socioeconômicas, infraestrutura, políticas públicas e saúde mental como direito humano. Habitação e direitos urbanos: direito à moradia adequada, direito à cidade, acesso a serviços básicos, infraestrutura, segurança, habitabilidade, espaços públicos, planejamento urbano participativo, combate à discriminação e desenvolvimento urbano sustentável.

Módulo 4 – Atuação Prática e Estratégias de Advocacia – 10h

Mobilização comunitária e estratégias de engajamento social. Comunicação aberta e transparente, consultas públicas, audiências, grupos de trabalho, fóruns comunitários, parcerias, capacitação, uso de tecnologias e avaliação das ações comunitárias. Organização de campanhas de direitos humanos, definição de temas, objetivos, planejamento estratégico, mobilização de recursos e parcerias. Mediação de conflitos: negociação, escuta ativa, comunicação clara, identificação de interesses, geração de opções, flexibilidade, estabelecimento de regras, reformulação de mensagens, construção de consenso e resolução de conflitos em comunidades. Advocacia e políticas públicas: educação e conscientização pública, lobby e advocacia política, litígio estratégico, mobilização e organização comunitária, campanhas de mídia, monitoramento e documentação de violações, construção de alianças e interlocução com poderes e órgãos governamentais.